

3 — Proceder com efeitos a 1 de agosto de 2013 e nos termos do conjugadamente disposto nos artigos 1.º e 4.º da Portaria n.º 425/2012, de 28 de dezembro, à nomeação do Doutorado Miguel Marques de Magalhães Ramalho, Investigador Coordenador Aposentado, Coordenador do Museu Geológico;

11 de julho de 2013. — A Chefe de Divisão, *Michele Branco*.  
207115164

### Deliberação n.º 1490/2013

Considerando:

a) A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho, que aprovou a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P., adiante designado por LNEG, I. P.;

b) A entrada em vigor da Portaria n.º 425/2012, de 28 de dezembro, que aprovou os Estatutos do LNEG, I. P.;

c) Que se encontra a correr um período transitório, no âmbito do qual decorre ainda o processo de fusão do Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação, IP, adiante designado por INETI, IP e o processo de reestruturação, com transferência de atribuições, do LNEG, I. P.;

d) O Regulamento Interno do LNEG, IP que entrará em vigor a 1 de agosto de 2013;

e) Que se impõe a implementação da nova estrutura do organismo e das respetivas unidades orgânicas, as quais para o seu regular funcionamento necessitam de recursos humanos que as dirijam desde já:

O Conselho Diretivo do LNEG, I. P., o qual, ao abrigo do Despacho n.º 9209/2009, publicado no DR n.º 65, 2.ª série, de 2 de abril de 2009, detém igualmente competências no âmbito do INETI, I. P., até à sua extinção, deliberou, em reunião de 22 de março de 2013, validada por Despacho de 4 de julho de 2013 do Gabinete de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Energia:

1 — Proceder, com efeitos a 31 de julho de 2013, à cessação de funções dos dirigentes intermédios do INETI, I. P., a seguir designados, ao abrigo do conjugadamente disposto no n.º 3 do artigo 24.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro:

a) Licenciada Ana Cláudia Feio Ferro de Carvalho, do cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau, da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial;

b) Licenciada Maria João Andrade de Almeida Dias Ferreira, do cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau, do Departamento de Planeamento e Estatística;

c) Licenciada Ana Paula Mendes António Coelho, do cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau, do Gabinete de Auditoria;

d) Licenciado Nuno Pedro de Brito Palma, do cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau, da Direção de Serviços de Informática e Comunicações;

e) Licenciada Maria Margarida Lima da Silva Mata, do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, da Divisão de Contabilidade;

f) Licenciada Teresa Michele Dias Loureiro Cambraia Branco, do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

g) Licenciado Carlos Filipe da Silva Lopes, do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, da Divisão de Sondagens.

2 — Proceder com efeitos a 1 de agosto de 2013, considerando a vacatura de lugares, nos termos do conjugadamente disposto nos, n.º 1 do artigo 20.º, no n.º 9 do artigo 21.º e no artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, à nomeação, em regime de substituição, dos dirigentes intermédios de 1.º e 2.º Grau, do LNEG, IP, a seguir discriminados:

Nome	Unidade orgânica	Cargo dirigente
Ana Cláudia Feio Ferro de Carvalho	Departamento de Gestão e Organização	Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau.
Maria Margarida Lima da Silva Mata	Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial	Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau.
Nuno Pedro de Brito Palma	Unidade de Gestão e Informática, Comunicações e Infraestruturas	Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau.
Teresa Michele Dias Loureiro Cambraia Branco	Unidade de Gestão de Recursos Humanos	Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau.
Ana Luísa Antunes Pinto Machado	Unidade de Gestão de Projetos	Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau.
Maria João Andrade de Almeida Dias Ferreira	Unidade de Planeamento, Informação e Comunicação	Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau.
Susana Cristina Gamito Fernandes Baptista	Gabinete Jurídico e da Contratação	Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau.

3 — Que os nomeados têm o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos dos serviços e são dotados da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, de acordo com as respetivas sínteses curriculares, que a seguir se publicam.

#### Síntese Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Ana Cláudia Feio Ferro de Carvalho.  
Data de nascimento: 12 de julho de 1973.  
Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas e profissionais:

Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), pelo INA, em 2011;  
Licenciatura em Gestão, pela Universidade Lusíada de Lisboa, em 1997;

Frequência de ações de formação nas áreas financeira, recursos humanos, gestão de projetos, contratação pública, informática e formação pedagógica de formadores;

Inscrita como Técnica Oficial de Contas na Câmara dos TOC's.

Experiência profissional:

Diretora de Serviços, interlocutora das áreas financeira, pessoal, informática, projetos e manutenção, no Laboratório Nacional de Energia e Geologia — LNEG, I. P., desde 2009;

Diretora de Serviços Financeiros, no Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação — INETI, IP, entre 2006 e 2008;

Chefe de Divisão Financeira do Instituto Geológico e Mineiro — IGM e posteriormente reconduzida no INETI, IP, entre 2004 e 2006;

Coordenadora dos Serviços Administrativos do IGM, entre 1998 e 2004;

Técnica superior, na área financeira, do IGM, entre 1997 e 1998;

Consultora na Empresa Caiano Pereira Consultores e Associados, ligada a projetos relacionados com organismos Públicos, nomeadamente na sua ligação com a Contabilidade Patrimonial entre 1995 e 1996.

#### Síntese Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Maria Margarida Lima da Silva Mata.  
Data de nascimento: 17 de outubro de 1964.  
Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas e profissionais:

Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), pelo INA, em 2011;  
Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 1988;

Frequência de ações de formação profissional nas áreas financeiras, recursos humanos, avaliação de desempenho, contratação pública e informática.

Experiência profissional:

Chefe de Divisão, interlocutora da área financeira, no Laboratório Nacional de Energia e Geologia — LNEG, I. P., desde 2009;

Chefe de Divisão de Contabilidade, no Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação — INETI, I. P., entre 2007 e 2008;

Técnica Superior da área financeira, no INETI, IP, entre 1992 e 2006;  
Adjunta do Diretor de Recursos Humanos, na B. F. Gestão de Empresas — Holding do Grupo SONICEL, entre 1989 e 1992;

Chefe de Secção de Pessoal, na Favorita, Indústria Agroalimentar, entre 1988 e 1989.

#### Síntese Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Nuno Pedro de Brito Palma.  
Data de nascimento: 3 de dezembro de 1969.  
Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas e profissionais:

Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), pelo INA, em 2012;

Pós-Graduação em Sistemas de Informação, pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 2003;

Licenciatura em Informática, pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1999;

Frequência de ações de formação nas áreas de auditoria informática, segurança informática, gestão e administração de redes de comunicações, programação por objetos; *web design*, linguagem procedimental PL/SQL e linguagem C e SQL, gestão de projetos e formação pedagógica de formadores.

#### Experiência profissional:

Diretor de Serviços, interlocutor para as áreas de Informática, Comunicações, Manutenção de Edifícios e Gestão de Frota, no Laboratório Nacional de Energia e Geologia — LNEG, I. P., desde 2009;

Diretor de Serviços da área de informática e comunicações do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e posteriormente reconduzido no Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação — INETI, I. P., entre 2003 e 2008;

Coordenador do Grupo de Trabalho de Redes e Sistemas e do Setor de Informática e Comunicações, no INETI, IP, entre 2002 e 2003;

Técnico Superior de Informática, do Núcleo de Gestão de Redes, no INETI, IP, entre 2000 e 2002;

Operador de Sistemas dos Recursos Humanos, no INETI, IP, entre 1995 e 1999;

Mediador de seguros na Companhia de Seguros Aliança UAP, em 1995;

Professor Provisório da disciplina de matemática, na Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, entre 1990 e 1993.

#### Síntese Curricular

##### Dados pessoais:

Nome: Teresa Michele Dias Loureiro Cambraia Branco.

Data de nascimento: 3 de outubro de 1972.

Nacionalidade: Portuguesa.

##### Habilitações académicas e profissionais:

Curso de Alta Direção em Administração Pública (CADAP) — Atualização, pelo INA; em 2012;

Curso de Alta Direção em Administração Pública (CADAP), pelo INA, em 2006;

Pós-graduação em Ciências Jurídico Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade Lisboa, em 2002;

Licenciatura em Direito, pela Universidade Internacional, em 1995;

Frequência de ações de formação nas áreas de recursos humanos, jurídicas, contratação pública, informática e formação pedagógica de formadores.

##### Experiência profissional:

Chefe de Divisão, interlocutora para as áreas de recursos humanos, no Laboratório Nacional de Energia e Geologia — LNEG, IP, desde 2009;

Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação — INETI, IP, a assegurar a substituição do Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Gestão Administrativa, entre 2007 e 2008;

Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos do INETI, I. P., entre 2002 e 2007

Exercício de Advocacia, entre 1997 e 2002;

Técnica Superior Jurista do Gabinete Jurídico do INETI, entre 1996 e 2002;

Técnica nas áreas de recursos humanos do Centro de Gestão de Tecnologia, e de Inovação do INETI, entre 1991 e 1995.

#### Síntese Curricular

##### Dados Pessoais:

Nome: Ana Luísa Antunes Pinto Machado.

Data de nascimento: 18 de junho de 1968.

Nacionalidade: Portuguesa.

##### Habilitações académicas e profissionais:

Pós-graduação em “Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental” pelo ISEG — Instituto Superior de Economia e Gestão, em 2006;

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE — Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, em 1991;

Frequência de ações de formação nas áreas financeiras, gestão de projetos, contratação pública, qualidade e informática;

##### Experiência profissional:

Interlocutora da Unidade de Gestão de Projetos do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P., desde 2010;

Coordenadora do Núcleo de Projetos, do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P. — INETI, I. P., entre 2007 e 2009;

Técnica Superior no Núcleo de Projetos, do INETI, IP, entre 2005 e 2006;

Técnica Superior nas áreas de análise económico-financeira, de acompanhamento da execução e análise de pedidos de pagamento de projetos na vertente da Qualidade/Ambiente/Segurança — PEDIP I; PRISMA; PEDIP II; IMIT, POE e PRIME — na Divisão de Programas Comunitários, do Instituto Português da Qualidade, IP entre 1991 e 2004.

#### Síntese Curricular

##### Dados Pessoais:

Nome: Maria João Andrade de Almeida Dias Ferreira.

Data de nascimento: 14 de julho de 1955.

Nacionalidade: Portuguesa.

##### Habilitações académicas e profissionais:

Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), pelo INA, em 2011;

Pós-graduação em Avaliação de Projetos de Investimento, pelo Instituto Gulbenkian da Ciência, em 1979;

Pós-graduação em Teoria Microeconómica, pelo Instituto Gulbenkian da Ciência, em 1978;

Pós-graduação em Teoria Macroeconómica, pelo Instituto Gulbenkian da Ciência, em 1978;

Pós-graduação em Estatística Económica e Econometria, pelo Instituto Gulbenkian da Ciência, em 1978;

Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia, em 1977;

Frequência de ações de formação nas áreas do planeamento, gestão de projetos, contratação pública e informática.

##### Experiência profissional:

Diretora de Serviços, interlocutora para as áreas de planeamento, gestão e acompanhamento, de Informação e comunicação, de avaliação, prospetiva e formação e de biblioteca e arquivos históricos, no Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP — LNEG, I. P., desde 2009;

Diretora de Serviços do Departamento de Planeamento e Estatística, do Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação, IP, entre 2004 e 2009;

Diretora de Serviços de Estudos, Planeamento e Estatística, responsável pelas áreas de apoio económico-financeiro, jurídico, de planeamento e estatística; do Instituto Geológico e Mineiro, entre 1992 e 2004;

Chefe de Divisão de Estudos Económico-Financeiros e Jurídicos, da Direção Geral de Geologia e Minas, entre 1984 e 1992;

Vogal, responsável pelo pelouro financeiro, da Direção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros, entre 1983 e 1984;

Técnica superior do Departamento de Política e Planeamento, da Direção Geral de Geologia e Minas, entre 1980 e 1983;

Técnica superior da Direção de Serviços Técnicos e de Coordenação, da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, entre 1978 e 1980;

Técnica Auxiliar na Direção de Serviços de Informação, Documentação e Relações Públicas da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, entre 1976 e 1978.

#### Síntese Curricular

##### Dados pessoais:

Nome: Susana Cristina Gamito Fernandes Baptista.

Data de nascimento: 6 de julho de 1977.

Nacionalidade: Portuguesa.

##### Habilitações académicas e profissionais:

Diploma de Especialização em Contratos Públicos na Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, em 2013;

Pós-graduação em Direito dos Concursos, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2011;

Pós-Graduação em Contencioso Administrativo, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2009;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada, em 2005;

Frequência de ações de formação nas áreas jurídicas, recursos humanos, contratação pública e informática.

##### Experiência profissional:

Interlocutora do Gabinete Jurídico e da Contratação do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P. — LNEG, I. P., desde junho de 2013;

Técnica Superior jurista no Gabinete Jurídico e da Contratação do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP — LNEG, I. P., entre agosto de 2012 e maio de 2013;

Técnica Superior jurista na Direção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego, entre julho de 2006 e julho de 2012;

Exercício do patrocínio judiciário do Ministério da Economia e do Emprego, por designação, nos Tribunais Administrativos.

11 de julho de 2013. — A Chefe de Divisão, *Michele Branco*.  
207115156

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Direção-Geral do Território

#### Despacho n.º 9631/2013

Com vista à implementação do Intercetor de Semande — Subsistema do Sousa, integrado na Frente de Drenagem FD15, veio a sociedade Águas do Noroeste, S. A., na qualidade de concessionária da gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de abril, apresentar à Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, uma proposta de concretização dos bens a sujeitar a servidão administrativa a abranger pela declaração de utilidade pública, com caráter de urgência, a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, a localizar nas freguesias de Idães e Semande, no concelho de Felgueiras.

Considerando que a declaração de utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações necessárias à realização das infraestruturas que integram candidaturas beneficiárias de cofinanciamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ou pelo Fundo de Coesão no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 3 de julho, nomeadamente as infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais previstas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 (PEAASAR II), aprovado pelo despacho (2.ª série) n.º 2339/2007, de 14 de fevereiro, e das infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de valorização de resíduos sólidos urbanos, cofinanciados pelo Fundo de Coesão no período de 2000-2006, cujos procedimentos de expropriação se iniciem após a entrada em vigor desse diploma, está prevista no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, aplicável à constituição de servidões administrativas necessárias à realização das referidas infraestruturas por força do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, os bens imóveis abrangidos pela declaração de utilidade pública devem ser determinados, sob proposta da entidade responsável pela implementação da infraestrutura, por despacho do membro do Governo da tutela;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, a declaração de utilidade pública relativa à constituição das servidões administrativas necessárias à realização das referidas infraestruturas deve observar o procedimento previsto no artigo 3.º;

Considerando ainda os documentos emitidos pelas entidades Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., Comissão Regional da

Reserva Agrícola do Norte, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Estradas de Portugal, S. A., comprovativos do cumprimento dos regimes legais relativos, respetivamente, ao domínio hídrico, à reserva agrícola nacional, à reserva ecológica nacional e ao domínio público rodoviário.

Assim, no exercício das competências que me foram subdelegadas pelo Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território na alínea b) do n.º 1 do Despacho n.º 5877/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 7 de maio de 2013, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, no artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 7.º, todos do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, e com os fundamentos constantes da Informação n.º 24/GJ/2013, de 5 de fevereiro de 2013, da Direção-Geral do Território, determino o seguinte:

1 — São aprovados o mapa e as plantas anexos ao presente despacho e que dele fazem parte integrante, contendo a identificação e a localização dos bens imóveis a sujeitar a servidão administrativa abrangidos pela declaração de utilidade pública, com caráter de urgência, a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro.

2 — A servidão administrativa a que se refere o número anterior, com a área total de 4.363,91 m<sup>2</sup>, incide sobre uma faixa de 3 metros de largura, com 1,5 metros de largura para cada lado do eixo longitudinal da conduta, implicando os seguintes encargos:

- A ocupação permanente do subsolo na zona da instalação do intercetor;
- A proibição de realizar escavações ou de plantar árvores de qualquer espécie perene, de porte médio ou grande, cuja raiz atinja profundidades superiores a 0,50 metros;
- A proibição de edificar qualquer tipo de construção, duradoura ou precária;
- A implantação, à superfície, de caixas de visita ou de manobras necessárias ao funcionamento da infraestrutura;
- A proibição de perfuração do solo a uma distância inferior a 1,5 metros do eixo da conduta, com vista à aquífera ou outra finalidade.

3 — Os atuais e subsequentes proprietários, arrendatários ou a qualquer título possuidores dos terrenos em causa, ficam obrigados a respeitar e reconhecer o ónus constituído, bem como a zona aérea e subterrânea de incidência, mantendo livre a respetiva área e a consentirem, sempre que se mostre necessário, no acesso e ocupação pela entidade beneficiária, para a realização de obras de construção, reparação, vigilância, manutenção e exploração da conduta, instalação de circuitos de dados e outras componentes das infraestruturas ou que ao mesmo possam estar associadas, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34021, de 11 de outubro de 1944.

4 — Autorizo ainda a sociedade Águas do Noroeste, S. A., a ocupar temporariamente uma faixa de terreno com 10 metros de largura, com 5 metros para cada lado do eixo da conduta, durante a execução dos trabalhos, nos termos previstos no artigo 18.º do Código das Expropriações.

5 — O mapa e as plantas referidos no n.º 1 podem ser consultados na sede da sociedade Águas do Noroeste, S. A., sita no Lugar de Gaído — Barcelos, 4755-045, Areias de Vilar, e na Direção-Geral do Território, sita na Rua Artilharia Um, N.º 107, 1099-052, Lisboa, nos termos previstos na Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização.

6 — Os encargos com as servidões administrativas resultantes deste despacho são da responsabilidade da sociedade Águas do Noroeste, S. A., devendo ser efetuado o depósito ou caução a que se refere o artigo 20.º do Código das Expropriações, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro.

2 de julho de 2013. — O Diretor-Geral, *Paulo V. D. Correia*.

#### Intercetor da Semande-FD-15

##### Mapa de Áreas

Parcela	Nome e morada dos interessados	Freguesia/ Concelho	Matriz	Descrição predial	Confrontações	Natureza da parcela (classificação no PDM)		Área (m <sup>2</sup> )
						Servidões e restrições de utilidade pública	Classes de espaços	
PSOI	Proprietário: Bernardino Martins Afonso Travessa da Sub-Carreira, n.º 659 4650-183 Idães — Felgueiras	Idães Felgueiras	R — 996	895/19980720	N: Caminho S: Domingos Teixeira Moreira NAS: Caminho POE: Maria Amélia Sampaio e Castro	Domínio publico hídrico (parcialmente) RAN	Zonas de sal- vaguarda estrita	101,36